

## PROVA OBJETIVA

### I. Língua portuguesa:

Leia o texto a seguir, extraído de “O poder da rapadura”, de Brasigóis Felício (ocupante da Cadeira n.º 25 na Academia Goiana de Letras), e responda as duas primeiras questões:

“Deu na Gazeta Mercantil: a popular rapadura, pilar da homêncja e viga mestra da macheza viril de nove entre dez cabras machos do Nordeste, (retirantes ou ficantes), vai dar um salto de qualidade na balança das exportações *Made in Brasil*. Mesmo não tendo nada a ver com proteína animal, a rapadura é tida e havida como a carne do pobre; por tal motivo, torcem-lhe os narizes as senhoras elegantes, e as dondocas do *jet-set*. Por ser passadio e sustança da patuleia, a rapadura não consta das prateleiras dos supermercados e lojas de alimentos frequentados pelo que os colonistas de amenidades chamam de 'bafejados pela sorte'. Nas feiras populares do nordeste, e mesmo nas feiras livres de Goiás, onde vão, de mamando a caducando, gente de todo naípe, desde o poetariado, passando pelo deputariado e chegando, (que chique!), até o desembargadoriado, a rapadura é lordeza acessível até mesmo aos orçamentos mais *chinfrens*. Quem está acometido de fraqueza, bambeza nas pernas, inapetência para a cochambração, (e outras esculhambações), não dispensa uma rapadura; seja a baiana, da pura cana caiana, seja moça branca, é garantia de sustança, glicose a mil por hora, santo remédio para a ressaca, conforme atestam os bebuns, com PhD e pós-doutorado em alcoolismo, e outros ismos. Contando, ninguém acredita; a rapadura vai deixar de ser coisa do populacho, que a gente bem come escondida, para não passar por pobre, ou vítima do plano Collor ou do plano Cavallo. Não é que a rapadura vai ganhar *status*, passando a ser comida de gringo, doce chiquérrimo, de gente fina?”

#### 1. Para o autor do texto:

- a) a rapadura há muito exerce influência na balança comercial brasileira;
- b) a rapadura é símbolo da virilidade masculina;
- c) a rapadura tem sabor que desagrada as senhoras elegantes;
- d) a rapadura é comumente encontrada em supermercados e lojas, tal como nas feiras populares e livres;

#### 2. Infere-se do texto, exceto:

- a) que a rapadura, até então, representava a comida típica de pobre;
- b) que o autor se inclui dentre aqueles que comem rapadura às escondidas;
- c) que o autor se inclui entre aqueles que tem PhD e pós-doutorado no assunto do alcoolismo;
- d) que a rapadura faz parte de uma alimentação diária e popular;

#### 3. Leia a seguinte frase:

“Na iminência de um temporal, o ribeirinho corre e se esconde. O relâmpago se anuncia, através das nuvens carregadas e negras.”

O sentido do trecho grifado acima está reproduzido com outras palavras em:

- a) quando se aproxima uma tempestade ...
- b) com a força destruidora e assustadora das águas ...
- c) no caso do temporal vir com força ...
- d) desde que venha a cair uma forte chuva ...

#### 4. Considere as orações:

- I. É importante saber o porquê da confusão, antes de se julgar alguém.
- II. Eles não foram ao encontro porque houve uma série de imprevisto.

As palavras destacadas são classificadas, respectivamente, como:

- a) conjunção – conjunção;
- b) substantivo – conjunção;
- c) conjunção – advérbio;
- d) substantivo – advérbio;

#### 5. Guliver tinha diminuído tanto a frota de navios inimigos....

Identifique a palavra cuja regra de acentuação gráfica se identifique com a palavra grifada acima:

- a) países;
- b) inevitável;
- c) ridículas;
- d) ninguém;

### II. Organização do Poder Judiciário:

#### 6. É órgão do Poder Judiciário:

- a) o Superior Tribunal Federal;
- b) o Conselho Nacional de Justiça;
- c) o Supremo Tribunal de Justiça;
- d) a Corregedoria Nacional de Justiça.

7. Segundo o Código de Processo Penal, o Juiz deve se dar por suspeito quando:

- a) for devedor de qualquer das partes;
- b) seu cônjuge for parte diretamente interessada no feito;
- c) houver servido como testemunha no processo;
- d) seu cônjuge tiver funcionado como defensor(a) ou advogado(a);

8. Constitui hipótese de suspeição do juiz, ainda segundo o Código de Processo Penal, exceto:

- a) tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão;
- b) ter amizade íntima ou inimizade capital com qualquer das partes;
- c) ter aconselhado qualquer das partes;
- d) ser tutor ou curador de qualquer das partes;

9. O juiz não está impedido de exercer a jurisdição no processo em que seu cônjuge tiver funcionado como:

- a) testemunha;
- b) autoridade policial;
- c) auxiliar da justiça;
- d) perito;

10. Os Tribunais Superiores são órgãos máximos do Poder Judiciário. Não é Tribunal Superior no Brasil:

- a) Tribunal Superior do Trabalho;
- b) Superior Tribunal de Justiça;
- c) Supremo Tribunal Militar;
- d) Tribunal Superior Eleitoral;

11. Sobre as funções essenciais à justiça, dentre as quais se inclui o advogado, o STF firmou entendimento vinculante, no seguinte sentido de que:

- a) a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição;
- b) as peças do flagrante não prescindem da presença de defensor (constituído ou nomeado) do conduzido;
- c) a indispensabilidade de advogado não pode ser excepcionada por lei ordinária;
- d) a exigência de advogado é apenas relativa, no que se refere aos processos que tenham curso perante os juizados especiais cíveis ou criminais;

12. Sobre o Tribunal do Júri, é correto afirmar:

- a) ele é composto por 1 (um) juiz togado, seu presidente e por 30 (trinta) jurados;
- b) ele é composto por 1 (um) juiz togado, seu presidente e por 25 (vinte e cinco) jurados;
- c) ele é composto por 1 (um) juiz togado, seu presidente e por 20 (vinte) jurados;
- d) ele é composto por 1 (um) juiz togado, seu presidente e por 7 (sete) jurados;

13. A Turma Julgadora da 12a. Região é composta, exceto:

- a) Juiz de Direito da 2a. Vara da Comarca de Porangatu – Presidente;
- b) Juiz de Direito de Minaçu - Suplente;
- c) Juiz de Direito da Comarca de Formoso;
- d) Juiz de Direito da Comarca de Estrela do Norte;

### III. Noções de Direito Constitucional e Administrativo:

14. Jurisdição é o poder do Estado de fazer a justiça, de dizer o Direito (*jus dicere*). Pois bem, são princípios da jurisdição, exceto:

- a) devido processo legal e juiz natural;
- b) moralidade e impessoalidade;
- c) contraditório e ampla defesa;
- d) inafastabilidade da jurisdição;

15. Dr. Medrado, ilustre Desembargador do TJ, será nomeado pelo Presidente da República para compor o Superior Tribunal de Justiça (STJ) se a sua escolha for aprovada pela maioria:

- a) absoluta do Senado Federal e sua indicação recair em lista tríplice elaborada pelo STJ;
- b) absoluta do Congresso Nacional e sua indicação recair em lista sêxtupla elaborada pelo STJ;
- c) relativa do Senado Federal e sua indicação recair em lista tríplice elaborada pelo STJ;
- d) relativa do Senado Federal e sua indicação recair em lista sêxtupla elaborada pelo STJ;

16. O Prefeito de Porangatu aprovou, no mês de novembro último, ato administrativo contrário a Súmula Vinculante editada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Ribamar, atingido diretamente pelos efeitos do ato administrativo, deverá apresentar:

- a) mandado de segurança na Vara da Fazenda Pública de Porangatu;
- b) mandado de segurança no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás;
- c) reclamação no STF;
- d) correção parcial perante o STF;

17. O princípio da moralidade administrativa (art. 37 da CF/88) exerce influência exegética direta sobre a probidade na administração pública, de sorte que:

I. os atos de improbidade administrativa importarão na suspensão dos direitos políticos; perda da função pública; indisponibilidade de bens; e ressarcimento do erário;

II. a gradação dessas penalidades deve ser feita por lei;

III. a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos não podem ser aplicadas cumulativamente;

IV. a punição por ato de improbidade impede o ajuizamento de ação penal pelos mesmos fatos;

Estão corretas:

- a) apenas as afirmativas I e II;
- b) apenas as afirmativas I, II e III;
- c) apenas as afirmativas I e III;
- d) apenas as afirmativas II e IV;

18. Segundo o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Goiás, não é correto afirmar:

a) as suas disposições não se aplicam aos integrantes da carreira do Ministério Público;

b) as suas disposições não se aplicam aos servidores da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás.

c) Funcionário Público, para os fins do referido Estatuto, é a pessoa legalmente investida em cargo, de provimento efetivo ou em comissão, com denominação, função e vencimento próprios, número certo e remunerado pelos cofres públicos;

d) função é o posto de trabalho, instituído na organização do funcionalismo, caracterizado por deveres e responsabilidades, com criação e jornada de trabalho estabelecidas em lei, denominação própria, número certo e remuneração pelos cofres públicos;

19. Ainda segundo o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Goiás, é correto afirmar:

a) o funcionário fará jus, anualmente, a 30 (trinta) dias de férias, que podem ser acumuladas até o máximo de 2 (dois) períodos, no caso de necessidade do serviço;

b) para o primeiro período aquisitivo de férias, serão exigidos 2 anos de exercício;

c) ultrapassado o estágio probatório, dá-se início à contagem do prazo de cinco anos de efetivo exercício prestado ao Estado, na condição de titular de cargo de provimento efetivo, a partir do

qual o funcionário terá direito à licença-prêmio de 3 (três) meses, a ser usufruída em até 3 (três) períodos de, no mínimo, 1 (um) mês cada, com todos os direitos e vantagens do cargo;

d) o funcionário só adquire estabilidade após o estágio probatório, que é de 3 (três) anos

20. O Estado de Goiás, o Tribunal de Justiça e a Comarca de Porangatu são, respectivamente:

a) pessoa jurídica de direito público externo; pessoa jurídica de direito público interno e órgão da Administração Pública;

b) pessoa jurídica de direito público interno; órgão da Administração Pública e unidade judiciária;

c) Órgão da Federação Goiana; órgão da Administração Pública e unidade judiciária;

d) Órgão da Federação Goianiense; órgão do Poder Judiciário Estadual e unidade judiciária;

21. A Turma Julgadora da 12a. Região possui 4 componentes. A classificação das Comarcas, segundo os órgãos que a integram, na sua atual composição, é a seguinte:

a) 2 intermediária e 2 iniciais;

b) 1 intermediária e 3 iniciais;

c) 3 intermediárias e 1 inicial;

d) 4 iniciais;

#### **IV. Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Brasil**

22. Paralelamente à lenda envolvendo o nome da Cidade de Porangatu, pode-se afirmar:

a) o povoamento da região originou-se da descoberta de ouro, pelo bandeirante João Leite, no século XVIII, denominando-se “Descoberto” o núcleo urbano primitivo;

b) os primeiros habitantes da região foram os silvícolas, destacando-se a tribo dos “Canoeiros”, cujos ataques frequentes impediam o desenvolvimento do povoado;

c) em 31 de dezembro de 1943, pelo Decreto-Lei nº 8305, passou a denominar-se “Porangatu”;

d) elevado à categoria de Município pela Lei Estadual nº 122, de 25.08.1948, foi desmembrado do Município de São Miguel do Araguaia;

23. São todos distritos ou povoados de Porangatu-GO, salvo:

a) Grupelândia e Capelinha;

b) Ent. de São Miguel (Azinópolis) e Barreiro;

c) Mata Azul e Trombas;

d) Araras, Estreito e Serrinha;

24. A construção dos dois edifícios da Avenida Assis Chateaubriand, sedes do Tribunal de Justiça e do Fórum, teve sua inauguração no dia 27.06.1986, quando ocupava a presidência o desembargador Geraldo Crispim Borges. Atualmente, o Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás é:

- a) Floriano Gomes;
- b) Ney Teles de Paula;
- c) Leobino Valente Chaves;
- d) Beatriz Figueiredo Franco;

25. Uma importante avenida em Porangatu, onde inclusive se situa uma serventia extrajudicial, leva o nome do segundo Presidente da Primeira República Brasileira:

- a) Afonso Pena;
- b) Floriano Peixoto;
- c) Rodrigues Alves;
- d) Nilo Peçanha;

#### V. Informática Básica:

26. Marque a opção incorreta:

- a) O *Tablet* é um dispositivo portátil pessoal, usado para acesso à internet, organização pessoal, visualização de fotos, vídeos e leitura de livros, entre outras funcionalidades;
- b) o *Token* (Criptográfico), que gera e armazena chaves privadas e certificados digitais, é instrumento de trabalhos dos Juízes de Direito do Estado de Goiás;
- c) *Scanner* é um dispositivo de saída, responsável por digitalizar imagens, fotos e textos impressos para o computador;
- d) O Print screen (“PrtSc” ou “PrtScr”) é uma tecla comum nos teclados de computador e, no Windows, quando pressionada, captura em forma de imagem tudo o que está presente na tela, exceto o ponteiro do mouse e vídeos;

27. *Scroll lock* é uma tecla (relacionado a um led que representa o seu estado ligado/desligado) presente na maioria dos teclados dos computadores modernos. O seu comportamento depende do software que está em uso. Sobre ela, é incorreto afirmar:

- a) esta tecla foi criada pela IBM, e seu propósito era modificar a função das teclas direcionais;
- b) quando o *scroll lock* estava ligado, as teclas direcionais rolavam os conteúdos de uma tela em modo texto sem mover o cursor, como o usual;
- c) o *Scroll lock* tem função similar às teclas *Num Lock* e *Caps Lock*, isto é, habilita uma função secundária para um grupo de teclas;

d) atualmente, poucos programas modernos ainda utilizam o *Scroll Lock*, como o Microsoft Excel e o BrOffice Calc, que rolam a tela sem modificar a célula ativa quando o *Scroll Lock* está ligado;

28. Assinale a alternativa incorreta:

- a) *Layout* de Impressão, *Leitura em Tela Inteira*, *Leitura em colunas* e *Layout da Web* são alguns dos modos de exibição de documentos no BrOffice;
- b) No *Windows*, a função *Alt + Tab*, também conhecida como “flip”, tornou-se muito importante e útil, uma vez que facilita o acesso às janelas de programas exibidas na tela do computador;
- c) No *Windows*, a função *Alt + Espaço* abre o menu de controle da janela ativa, sendo muito útil para maximizar, minimizar ou restaurar janelas pelo teclado;
- d) No navegador *Mozilla Firefox*, a função *Shift + Ctrl + Tab* serve para alternar as guias, retrocedendo para as seguintes;

29. Atalhos de teclado economizam tempo do operador de computador, ou seja, do Escrivão, do Escrevente, do Estagiário, etc. Quanto ao *Windows Explorer*, ferramenta para trabalho com arquivos e pastas, é incorreto afirmar:

- a) a tecla F3, quando pressionada, serve para pesquisar arquivos na pasta atual;
- b) a tecla F4, quando pressionada, serve para abrir a listinha da barra de endereços.
- c) a tecla F5, quando pressionada, serve para atualizar a janela atual;
- d) a tecla F6, quando pressionada, serve para abrir a página em tela cheia;

30. No *Internet Explorer*:

- a) a tecla *Tab*, quando pressionada, retrocede de link em link ou de objeto em objeto na página;
- b) *Shift + Tab*, quando pressionadas, avança de link em link ou de objeto em objeto na página;
- c) se pressionar o botão do mouse (clique) em um link, com a tecla *Shift* pressionada, este será aberto em uma nova janela, mantendo a atual aberta. A mesma coisa de clicar no link com o direito e escolher “Abrir em nova janela”;
- d) a função *Shift + Espaço*, quando utilizada, tem como efeito provocar a rolagem da tela para baixo;

## PROGRAMA ESPECÍFICO DO CARGO:

### Noções de Direito Civil

31. São defeitos dos negócios jurídicos, por *vício de consentimento*, exceto:

- a) fraude contra credores;
- b) estado de perigo;
- c) dolo e coação;
- d) erro e lesão;

32. Segundo a Lei n. 1060/50:

- a) o sucumbente, beneficiário da assistência judiciária gratuita, não será condenado pelo juiz ao pagamento das custas processuais, pois goza de isenção;
- b) o sucumbente, beneficiário da assistência judiciária gratuita, será condenado pelo juiz ao pagamento das custas processuais e estará obrigado a tal, desde que possa fazê-lo, sem prejuízo do sustento próprio ou da família, dentro de 05 (cinco) anos;
- c) o sucumbente, beneficiário da assistência judiciária gratuita, será condenado pelo juiz ao pagamento das custas processuais e estará obrigado a tal, desde que possa fazê-lo, sem prejuízo do sustento próprio ou da família, dentro de 10 (dez) anos;
- d) prescreve em 10 (dez) anos a obrigação do sucumbente, beneficiário da assistência judiciária gratuita, de pagar as custas processuais, a contar da sentença final;

33. Em relação às medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a opção correta:

- a) a medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade pode ser aplicada pelo prazo de até um ano;
- b) a advertência somente pode ser aplicada se houver provas suficientes da autoria e da materialidade da infração;
- c) as medidas socioeducativas de semiliberdade e de internação por prazo indeterminado não podem ser incluídas na remissão, sendo admissível sua aplicação somente após a instrução processual em sede de sentença de mérito;
- d) a obrigação de reparar o dano à vítima não constitui medida socioeducativa;

34. A respeito da proteção integral à criança e ao adolescente, assinale a opção correta:

a) o processo em que os pais disputam a posse e guarda de filhos menores que estejam sob os cuidados da mãe, que lhes dá toda a atenção, assistência e dedicação necessárias e recomendáveis caracteriza situação irregular que desloca a competência do juízo de família para a vara da infância e da juventude;

b) procede o pedido de transferência de guarda de menor feito pela avó, com a aquiescência dos genitores, sob a alegação de que a criança e seus pais residem com a requerente, por serem os genitores da menor pessoas jovens, ainda estudantes. Nesse caso, restará caracterizada a situação peculiar da modificação da guarda sem a perda do poder familiar, ou seja, a avó possui situação econômica privilegiada e age no interesse e bem-estar da criança;

c) o juízo competente para processar a ação de destituição do poder familiar e adoção é o do domicílio do casal adotante, ainda que este não detenha a guarda provisória da criança;

d) O pai ou a mãe que praticar atos contrários à moral e aos bons costumes perderá por ato judicial o poder familiar. Na guarda e proteção de menor, há de se levar em conta o bem-estar e a segurança da criança, resguardando o seu desenvolvimento físico e mental;

di)

35. Com relação ao ato infracional disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a opção correta:

a) considera-se ato infracional a conduta descrita como crime, mas não a descrita como contravenção penal;

b) como medida específica de proteção, constatada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá determinar a colocação do adolescente em família substituta;

c) com relação ao procedimento dos atos infracionais, nos termos do ECA, é desnecessária a defesa técnica por advogado, desde que seja nomeado curador para o menor infrator, ainda que leigo;

d) após a verificação da prática de ato infracional, a autoridade poderá aplicar ao adolescente algumas medidas, entre as quais não se inclui a matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;

36. A vaga de escrivão, em Porangatu, está vinculada à 1ª Vara, a qual cumula também as atividades da Infância e Juventude. Assim, ainda no que se refere à proteção especial da criança e do adolescente, assinale a opção correta:

- a) uma criança poderá hospedar-se em motel acompanhada de seus pais;
- b) a autorização de viagem ao exterior é dispensável se a criança estiver acompanhada apenas da mãe;
- c) o acesso às diversões e espetáculos públicos é livre aos adolescentes, independentemente da classificação atribuída pelo poder público;
- d) uma criança de 11 anos de idade poderá viajar da Comarca onde reside, no Estado de Goiás, para a casa da seu avô, em Porto Seguro – BA acompanhada apenas de sua irmã de 16 anos de idade;

#### **Noções de Direito Processual Civil e Penal**

**37.** Com base no que dispõe a Lei n.º 6.830/1980, assinale a opção correta.

- a) na execução fiscal será feita a intimação da penhora ao executado, mediante publicação, no órgão oficial, do ato de juntada do termo ou do auto de penhora, sendo, entretanto, prevista, também, a possibilidade da intimação pessoal da penhora, ou, ainda, pelo correio;
- b) A citação, na execução fiscal, deve ser feita, preferencialmente, por oficial de justiça;
- c) O termo ou auto de penhora não poderá conter a avaliação dos bens penhorados; a avaliação deverá ser procedida em momento posterior, além de contar com auto próprio e específico;
- d) em se tratando de execução fiscal, o juiz pode decretar de ofício a prescrição intercorrente, após certidão de decurso de prazo do Escrivão, ainda que não ouvida a Fazenda Pública exequente;

**38.** Compete ao Ministério Público intervir, exceto:

- a) nas causas em que há interesses de pessoas relativamente incapazes;
- b) nas causas concernentes ao estado da pessoa, pátrio poder, tutela, curatela, interdição, casamento, declaração de ausência e disposições de última vontade;
- c) nas ações que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural, nos mandados de segurança e nas ações de usucapião;
- d) nas ações de indenização contra a Fazenda Pública, já que o patrimônio público se confunde com o interesse público;

**39.** Da decisão de pronúncia e absolvição sumária caberá:

- a) recurso em sentido estrito para ambos os casos, no prazo de cinco dias;
- b) recurso em sentido estrito e apelação, respectivamente, ambos no prazo de cinco dias;
- c) apelação e recurso em sentido estrito, respectivamente, ambos no prazo de cinco dias;
- d) apelação para ambos os casos, no prazo de dez dias;

#### **Regimento de Custas e Legislação Complementar**

**40.** Sobre o Regimento de Custas e Emolumentos da Justiça do Estado de Goiás (Lei n. 14.376/2002), é incorreto afirmar:

- a) a alteração do valor da causa obriga a atualização da contagem das custas, para mais ou para menos, para efeito de compensação, devolução ou recebimento do valor cobrado a maior, a menor ou indevidamente;
- b) é vedada a cobrança de custas ou emolumentos por atos retificatórios ou renovatórios, em razão de erro imputável à Serventia;
- c) as custas e os emolumentos pagos serão restituídos aos interessados na hipótese de não ser o ato realizado por qualquer motivo, independente de outras deduções;
- d) elaborada a conta de custas, dela serão intimados, independentemente de despacho, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, as partes ou seus procuradores e, quando intervierem no feito, os representantes do Ministério Público e da Fazenda Pública. Feita a intimação da conta de custas, terão os interessados o prazo de 3 dias para reclamação e até 30 dias para pagamento;

## PROVA DISCURSIVA

1. Elabore uma Portaria disciplinando a entrada e permanência de criança e adolescente, desacompanhados dos pais ou responsáveis, em bailes ou promoções dançantes. **(4,0)**

Dados que poderão ser utilizados:

- a) Comarca de Porangatu-GO
- b) Evento festivo: “Baile do Diamante”
- c) Data: 01.12.2012;
- e) Nome do escrivão: Hédio Ribeiro
- f) Nome do juiz: Firmino Dias
- g) Nome do Requerente/Interessado: Fábio Junqueira;

Obs.:

- 1- Na elaboração da peça, o candidato só poderá utilizar os dados (nomes e datas) fornecidos na prova, sob pena de eliminação;
- 2- Os dados fornecidos poderão ou não, em sua integralidade, fazer parte da peça a ser elaborada, cabendo ao candidato avaliar os dados que são necessários para esse fim.

2. Discorra em até 30 linhas sobre a prisão (cautelar) e a liberdade provisória? **(2,0)**

3. Discorra em até 15 linhas sobre os Embargos de Declaração, abordando as hipóteses de cabimento, prazos e efeitos, segundo o Código de Processo Civil, Código de Processo Penal, Juizados Especiais Cíveis e Estatuto da Criança e do Adolescente. **(1,0)**

4. Aponte duas atividades judiciais de competência privativa do Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude, segundo o Código de Organização Judiciária do Estado de Goiás? **(0,5)**

5. Elenque ao menos cinco das diversas incumbências do Escrivão, segundo o Código de Organização Judiciária do Estado de Goiás? **(2,0)**

6. O procedimento para concessão de pedidos de colocação em família substituta exige alguns requisitos. Indique ao menos três deles? **(0,5)**